
SER Social

PANDEMIA DE COVID-19 E POLÍTICAS SOCIAIS
Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

As expressões da “questão social” no âmbito escolar: contribuições do Serviço Social

The expressions of “social issues” in the school area: contributions from Social Work

Las expresiones de los “cuestión sociales” en el área escolar: aportes de la Servicio Social

Ranyellen Félix de Souza¹

<https://orcid.org/0000-0002-7272-6578>

Aline Maria Batista Machado²

<https://orcid.org/0000-0002-1144-6011>

Recebido em: 30/03/2021

Aprovado em: 04/02/2022

Resumo: Este artigo objetiva apresentar alguns dos resultados de uma pesquisa de mestrado realizada na Universidade Federal da Paraíba, que teve como objetivo central identificar e analisar as expressões da “questão social” na atuação de assistentes sociais em escolas públicas.

1 Assistente Social. Bacharel em Serviço Social. Mestre em Serviço Social e Especialista em Gestão de Políticas Públicas. Assistente Social na Organização da Sociedade Civil Casa de Cultura Ilé Asê d’Osoguiã. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7947278332813068>.

2 Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e em Educação, ambos da UFPB. Graduação e Mestrado em Serviço Social. Doutorado em Educação pela UFPB. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais (GEPEDUPSS). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9491559581049560>.

A pesquisa foi qualitativa e de cunho exploratório, tendo sido realizada na cidade de João Pessoa (PB), reunindo como sujeitos da investigação 12 assistentes sociais de diferentes escolas municipais. Os instrumentos da coleta de dados foram: entrevista semiestruturada, observação sistemática e levantamento bibliográfico e documental. Para análise, foram utilizados o método dialético e a análise de conteúdo. Os resultados apontaram diversas expressões da “questão social” e seus impactos na relação de acesso e permanência de crianças e adolescentes no ambiente escolar, que vão desde a evasão e a negação de direitos sociais até a vulnerabilidade econômica das famílias. Distintas foram as formas de enfrentamento a essas refrações pela profissão na viabilização dos direitos, mas considera-se que foram de grande avanço as ações da profissão no âmbito educacional.

Palavras-chave: “Questão Social”. Serviço Social. Educação.

Abstract: This article aims to present some of the results of a Master’s research conducted at the Federal University of Paraíba, which aimed to identify and analyze the expressions of the “social issue” in the performance of social workers in public schools. The research was of exploratory and qualitative nature, carried out in the city of João Pessoa (PB), having as research subjects 12 social workers from different municipal schools. The instruments of data collection were: semi-structured interview, systematic observation and bibliographic and documentary survey. For analysis, the dialectical method and content analysis. The results pointed out several expressions of the “social issue” and its impacts on the relationship of access and permanence of children and adolescents in the school environment, ranging from the evasion, denial of social rights, the economic vulnerability of families. There were different ways of confronting these refractions by the profession in the enabling of rights. However, the actions of the profession in the educational field are considered of great advancement.

Keywords: “Social Issues”. Social Work. Education.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar algunos de los resultados de una investigación de maestría realizada en la Universidad Federal de Paraíba, que tuvo como objetivo identificar y analizar las expresiones de la “cuestión social” en el desempeño de los trabajadores sociales en las escuelas públicas. La investigación fue de carácter exploratorio y cualitativo, realizada en la ciudad de João Pessoa

(PB), teniendo como sujetos de investigación a 12 trabajadores sociales de diferentes escuelas municipales. Los instrumentos de recogida de datos fueron: entrevista semiestructurada, observación sistemática y encuesta bibliográfica y documental. Para el análisis, el método dialéctico y el análisis de contenido. Los resultados señalaron varias expresiones de la “cuestión social” y sus impactos en la relación de acceso y permanencia de los niños y adolescentes en el ámbito escolar, que van desde la evasión, la negación de los derechos sociales, la vulnerabilidad económica de las familias. Hubo diferentes formas de afrontar estas refracciones por parte de la profesión en la habilitación de derechos. Sin embargo, las acciones de la profesión en el ámbito educativo se consideran de gran avance.

Palabras clave: “Cuestión Social”. Trabajo Social. Educacion.

INTRODUÇÃO

Com a aprovação da Lei nº 13.395/2019, que tramitou desde 2000, como Projeto de Lei (PL) nº 3.688/2000, é cada vez mais necessário discutir a área de educação como espaço de trabalho de assistentes sociais. Essa preocupação, no tocante à inserção da profissão, foi expressa em algumas propostas de projetos de lei recusadas na Câmara (como o PL nº 6.478/2009 e o nº 3.466/2012) e em municípios que sancionaram leis para inserção de profissionais na educação, como, por exemplo, o município de João Pessoa (PB), por meio da criação da Lei nº 11.385/2008, que, por sua vez, dá arcabouço legal para o trabalho das(os) assistentes sociais, sujeitos desta investigação.

O estudo é resultado de pesquisa empírica, em nível de mestrado, defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que teve como objetivo geral identificar e analisar as expressões da “questão social” na atuação de assistentes sociais em escolas públicas municipais de João Pessoa. O método utilizado foi o dialético, à luz do materialismo histórico e dialético, a partir da pesquisa de campo, exploratória, com abordagem qualitativa. Quanto aos sujeitos da pesquisa, ao total, foram 12 assistentes sociais da rede pública e municipal de ensino, tendo como instrumentos da coleta de dados: entrevista semiestructurada, observação sistemática e levantamento bibliográfico e documental, utilizando, ainda, a análise de conteúdo para o refinamento dos dados.

A pesquisa apresenta a trajetória histórica da profissão, cujas raízes emergem a partir da “questão social”, a qual advém da relação capital x trabalho, sendo as políticas sociais suas principais formas de enfrentamento. Nesse sentido, identificaram-se diversas expressões da “questão social” e como elas impactam a relação de acesso e permanência de crianças e adolescentes no seio escolar, o que incide desde a evasão até o processo de negação de direitos sociais, assim como a situação econômica das famílias e as relações sociais de profissionais e estudantes.

O artigo discutirá o aspecto do processo histórico da “questão social” no capitalismo. Em seguida, são apresentadas as expressões da “questão social” das escolas públicas municipais de João Pessoa, a partir do trabalho das assistentes sociais entrevistadas.

O PROCESSO HISTÓRICO DA “QUESTÃO SOCIAL” NO CAPITALISMO

Para que a “questão social” seja compreendida, é importante retomar a discussão de sua gênese, que está ligada ao modo de produção capitalista e, nos termos marxianos, à “lei geral da acumulação capitalista”, estando historicamente vinculada à relação contraditória entre o capital e o trabalho. Esse processo enfatiza que a “questão social” é explicada pela acumulação e reprodução do capital, sendo “[...] indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras” (IAMAMOTO, 2001, p. 11).

Desse modo, a expressão “questão social” surge após meados do século XIX na Europa, para explicar o fenômeno do pauperismo gerado pelo processo de industrialização, iniciado na Inglaterra no fim do século XVIII e que culminou com a instauração do capitalismo em sua fase concorrencial. De acordo com Netto (2001), o pauperismo em massa da classe trabalhadora tratava de um fenômeno novo, que mostrou que, “pela primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza*” (NETTO, 2001, p. 42, grifos do autor).

Tendo-se como referência Iamamoto (2001) para compreender esse processo, tem-se a explicação de que a “questão social”, enquanto consequência das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na

sociedade burguesa, não se trata de um fenômeno recente e, ainda que não tenha sido analisada por Karl Marx, é explicada por ele ao decifrar que a sociedade capitalista aponta uma dupla dimensão: de um lado, a produção dos bens materiais e, do outro, a maneira como ela é realizada econômica e socialmente nas relações sociais entre os homens dentro do processo de produção capitalista. Afinal, este determina as condições materiais da vida a partir das relações de trabalho e, assim, a produção e a reprodução das relações sociais.

A dupla dimensão analisada identifica que a principal característica da sociedade burguesa se funda na mercadoria, de modo que esta ganha o caráter determinante da sociedade, considerando-se que o próprio trabalhador vira mercadoria e é apresentado de maneira personificada como “trabalhador livre”, que vende sua força de trabalho, tornando-se trabalhador assalariado e, portanto, determinando as relações sociais do capitalismo. Ao determinar as relações sociais à produção capitalista, o sujeito condiciona essa mesma relação à vida em sociedade, apresentando de forma mistificada e reificada as relações entre os homens. É nessa inferência que a autora conclui sua análise em forma de mais-valia, a lógica capitalista e a divisão do trabalho na sociedade, a partir do momento em que a mercadoria se torna mediadora das relações sociais.

Por sua vez, Netto (2001) afirma que a transformação do pauperismo pela expressão “questão social” se deu diretamente relacionada aos “desdobramentos sociopolíticos”. Tais desdobramentos são vistos a partir da mobilização e do fortalecimento da classe operária por melhorias de suas condições de vida e de trabalho. Exemplos dessas mobilizações são as greves, a formação de sindicatos e as manifestações públicas, como o Movimento Ludita, a luta sindical, o Cartismo e os três dias de guerra civil (entre 23 e 26 de junho de 1848), assinalados pelos autores, até aqui mencionados, como o divisor de águas na constituição da “questão social”, tendo sido uma das consequências a passagem do proletariado da condição de classe em si à classe para si.

Foram as lutas sociais supracitadas responsáveis por reivindicar outra resposta para suas necessidades que não fossem a caridade e a repressão, postas pelas contradições evidenciadas na relação entre o proletariado (classe trabalhadora) e a burguesia (classe capitalista), o que deu força para o reconhecimento da “questão social”. Esse reconhecimento deu origem à esfera dos direitos do trabalho e, principalmente, políticos, que passam a tensionar e mudar o papel do Estado no âmbito

capitalista no século XIX e início do século XX. A partir dessa análise, compreende-se que a “[...] *questão social* diz respeito ao conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado” (IAMAMOTO, 2001, p. 16, grifos da autora), e que podem ser demonstradas, na atualidade, nas disparidades econômicas, políticas, sociais e culturais.

Com o desenvolvimento do capitalismo, os fenômenos que ligam a vida da classe trabalhadora passam por modificações em decorrência de seu crescimento e, neste crescimento, a “questão social” continuou sendo produzida e reproduzida, abstraída e perpassada pelas particularidades de cada país que assumiu o capitalismo como sistema de produção. Assim, para enfrentar essas problemáticas, o Estado burguês é obrigado a criar as políticas sociais, cujo surgimento ocorreu de forma diferenciada em cada país, uma vez que dependiam da organização e da pressão da classe trabalhadora. Conforme aponta Netto (2001, p. 49), “[...] a caracterização da ‘questão social’, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais”.

Ademais, Behring e Boschetti (2011, p. 64) afirmam que o final do século XIX é “[...] o período em que o Estado capitalista passa assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade”.

Enfim, ao se caracterizar a “questão social” na cena capitalista no referencial do Serviço Social, constata-se que existe uma gama de teóricos que incorporam o debate acerca da “questão social” e que fomentam a discussão sobre o seu surgimento e o que ela gera. Netto (2001) assinala que é no reconhecimento do processo de produção capitalista e de seu desenvolvimento, da “lei geral da acumulação”, da relação entre capital e trabalho e, neste caso, da exploração, que a “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Para o autor, esse processo contraditório apresenta várias manifestações da “questão social” nos diferentes estágios capitalistas em que o Estado passa a assumir a responsabilidade para a amenização de suas manifestações.

Para Almeida (2016), a intensificação dos mecanismos de exploração sobre o trabalho evidencia o contexto do pauperismo como fenômeno social determinado pela apropriação da riqueza socialmente produzida pelo capital, reconhecendo que a “questão social” é

desenvolvida no âmago do capitalismo, que gera a relação contraditória entre trabalhadores e capitalistas. Tal leitura é defendida também por Pereira (2001), Yazbek (2001), Pastorini (2007) e Iamamoto (2001), de modo a enfatizar que a “questão social” está intrinsecamente ligada à relação antagônica entre a classe capitalista e a classe trabalhadora e que esta possui manifestações resultantes desses mecanismos de exploração.

Ocorre que, atualmente, o contexto de mundialização do capital, conforme cita Iamamoto (2009), tem profundas repercussões na órbita das políticas públicas, tornando-as focalizadas, descentralizadas e desfinanciadas, o que acarreta a regressão dos direitos do trabalho, como “inflexões estruturais na produção/acumulação, com fortes repercussões na esfera da acumulação/reprodução” (BEHRING, 2015, p. 190), deixando milhares de pessoas à mercê da própria sorte, lutando pela sua sobrevivência.

A constituição do Serviço Social é proveniente das relações sociais contraditórias iniciadas com o processo de expansão do desenvolvimento industrial e do crescimento urbano. A profissão surgiu na sociedade capitalista a partir da luta de classes e de um contexto dinamizado contraditoriamente que colocou em pauta duas classes: a capitalista e a trabalhadora. Assim, o Serviço Social, enquanto profissão, surge interligado à resposta dada pelo Estado às expressões da “questão social”.

A discussão sobre as raízes e os avanços do Serviço Social brasileiro remete à percepção da história da profissão a partir de três elementos essenciais: o primeiro deles remonta às bases constitutivas do Serviço Social das décadas de 1930 a 1960, caracterizado como o processo de institucionalização e legitimação da profissão. O segundo elemento compreende a inserção da profissão no Movimento de Reconceituação na América Latina. Por último, o terceiro elemento trata da inserção da profissão na discussão marxista. Dessa forma, analisar seu processo histórico é trazer a interlocução com a “questão social” e as políticas sociais.

A “questão social” foi se construindo no Brasil e se expressando de diversas maneiras também como o reflexo de realidades – como: (a) o processo de mundialização do capital; (b) o aumento do desemprego, do subemprego, do pauperismo e da marginalidade; (c) o crescimento da periferia, da pobreza e da miséria; (d) o incremento no número de

menores abandonados; (e) a ampliação dos índices de mortalidade infantil e desamparo; (f) o aumento nas taxas de analfabetismo e ignorância; e (g) a intensificação dos casos sociais de agitação, baderna, violência, caos e subversão –, o que ampliou também os espaços sócio-ocupacionais de trabalho para o assistente social. O debate na literatura brasileira esclarece a “questão social” como objeto da profissão a partir do processo coletivo de construção. Nas palavras de Yamamoto (2015b), não é fruto de uma decisão arbitrária ou aleatória, mas da necessidade de impregnar a profissão da história presente, afirmando a importância de estabelecer uma conexão entre a teoria e a realidade.

Desde que o Serviço Social começou a revisar a “questão social” e suas refrações, esta tem sido analisada como elemento fundante, conforme é apontado pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS)/Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS) (1997) e pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (1996), dando concretude à profissão. Em linhas gerais, deu forma à profissão, justificando sua colocação como objeto de trabalho. É sobre esse processo que se faz necessário compreender que as(os) assistentes sociais trabalham com as mais diversas expressões da “questão social”, ao formularem e implementarem propostas para o seu enfrentamento.

AS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NO ÂMBITO ESCOLAR

Como desenvolve Guerra (2016), as políticas sociais possuem um modelo híbrido e portam duas características essenciais: a assistencialização e a mercantilização. O Estado assume uma postura gerencial, ainda na análise da autora, o que exige novas atribuições para o exercício profissional nesse contexto, cuja finalidade é gerir os riscos sociais. Esse modelo exige da profissão uma intervenção “essencialmente procedimental pela via da normatização, segundo um modelo de atendimento racionalista formal-abstrato” (GUERRA, 2016, p. 99), razão pela qual surgem atribuições no âmbito de controle e monitoramento da população pobre. Tal realidade privilegia a lógica de tendencionismo da desigualdade de classe e de medidas repressivas ao enfrentamento das expressões da “questão social”.

A educação municipal pública da cidade de João Pessoa (PB) caracteriza-se pela oferta dos níveis de educação infantil e ensino fundamental I e II (que vão do 1º ano até o 9º) e das modalidades em educação especial e de jovens e adultos. Divide-se em 97 escolas e 90 Centros de Referência em Educação Infantil (Creis). Dentre estas, 16 escolas funcionam em tempo integral e 8 são parcialmente integrais. Ao todo, o sistema integra mais de 63 mil alunos matriculados nos diversos níveis e modalidades. A cidade possui uma população estimada de mais de 800 mil habitantes, conforme registra o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu último censo. A cidade é dividida, por lei municipal, em 65 bairros. Nessa divisão, as escolas municipais se organizam em 14 regiões de ensino, seguindo, de acordo com a Diretoria de Gestão Curricular (DGC), o orçamento participativo. A proposta inicial desta pesquisa era envolver as 14 regiões, mas só foi possível abarcar 12, devido à falta de disponibilidade de horários das profissionais de duas regiões. Portanto, são 12 entrevistadas, uma assistente social por região.

De acordo com Amaro (2017), o mais antigo registro do Serviço Social na educação se dá no “serviço de assistência ao escolar”. Os assistentes sociais eram requisitados a intervir em situações consideradas como “divergentes, desvio ou anormalidade social”, dado que a escola era vista como um espaço privilegiado de sociabilidade, principalmente no que se referia aos aspectos morais. O avanço da profissão não nos permite mais seguir nessa perspectiva obsoleta. As escolas possuem um ritmo e uma dinâmica próprios, sendo necessário apreender que cada espaço tem sua história, sua temporalidade, seu fluxo e suas rotinas típicas das relações estabelecidas. Logo, contextualizar a escola como *locus* de atuação profissional supõe “desvendar, observar e analisar criticamente as características organizativas, políticas e culturais da escola como espaço social, coletivo, educativo e de cidadania” (AMARO, 2017, p. 21).

Ao buscarem identificar e analisar as expressões da “questão social” no âmbito das escolas municipais de João Pessoa, as profissionais que participaram da pesquisa elencaram inúmeras expressões, que ora convergiam nas diversas escolas, ora divergiam. Foram apontadas as seguintes refrações: desemprego, consumo, fragilidade nos rendimentos da família, vínculos informais de trabalho, tráfico, violência, falta de compreensão da função social da escola, problemas de saúde, correlação

de forças políticas, falta de capacitação profissional adequada, exclusão social, negação de direitos, evasão, repetência, desistência, ausências/faltas, relações sociais entre professor e aluno, questões familiares, falta de estrutura escolar, falha na rede de proteção, falsa inclusão, negação de vagas, questão urbana/poluição, falta de habitação/segurança/lazer, situação de rua, fome, negligência/maus-tratos e abandono.

A investigação foi feita de modo a refinar a análise dos dados, uma vez que se considera que essas expressões podem ser agrupadas e, na perspectiva da totalidade e da análise minuciosa do real, uma pode ocasionar a outra (como, por exemplo, a evasão pode possuir várias motivações para acontecer, a saber: o trabalho infantil ou o desemprego dos pais). A seguir, são agrupadas as categorias iniciais enquanto expressões apresentadas no momento inicial da pesquisa para uma expressão central, após a extração da reflexão do objeto, partindo do real concreto para o singular.

Na técnica de análise de conteúdo, a categorização das mensagens é realizada por meio da “categorização semântica” (BARDIN, 1977), a qual consiste em agrupar os conteúdos das mensagens por categorias temáticas. Neste sentido, no processo de categorização, o *procedimento por milha* foi empregado, cujo “sistema de categorias não é fornecido, antes resultando da classificação analógica e progressiva dos elementos [...]. O título conceitual de cada categoria somente é definido no final da operação” (BARDIN, 1977, p. 119). Em outras palavras, a partir desse procedimento, as categorias temáticas não são pré-estabelecidas, mas emergem dos significados hegemônicos do contexto ou do agrupamento de conteúdos afins. As expressões apresentadas nas entrevistas foram agrupadas em 3 categorias centrais: 1) *Negação de Direitos Sociais*; 2) *Evasão Escolar*; e 3) *Desemprego*, conforme assinaladas nos itens a seguir.

DISCUTINDO AS CATEGORIAS CENTRAIS: NEGAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS, EVASÃO ESCOLAR E DESEMPREGO

Almeida (2016), ao realizar a análise sobre a “questão social” nos últimos 15 anos, assevera que a hegemonia do capital financeiro se articula dinamicamente com as frações da classe trabalhadora em que esta classe vem protagonizando, mesmo que não esboce forças para a sua superação. Ainda assim, protagonizam críticas e articulações ao capitalismo.

Algumas são as características do gerenciamento da “questão social”, ou melhor, das suas manifestações pelo Estado, requerida pelo grande capital. Isso evidencia um significativo desmantelamento dos direitos sociais e o avanço de práticas conservadoras, como assinalado no quadro 1, a seguir, ao identificar a negação dos direitos sociais como expressão da “questão social” no espaço da escola.

Quadro 1. Das expressões da “questão social” apresentadas para a central: negação dos direitos sociais

Expressões apresentadas				Expressão central
1.	Falta de compreensão da função social da escola	9.	Falha na rede de proteção	Negação dos direitos sociais
2.	Problemas de saúde	10.	Falsa inclusão	
3.	Correlação de forças políticas	11.	Negação de vagas	
4.	Relações sociais entre professor e aluno	12.	Questão urbana/poluição	
5.	Falta de estrutura	13.	Falta de habitação/segurança/lazer	
6.	Gravidez na adolescência	14.	Situação de rua	
7.	Preconceito/ <i>bullying</i>	15.	Fome	
8.	Relações de poder	16.	Negligência/maus-tratos e abandono	

Fonte: pesquisa de campo, 2018.

As entrevistadas enquadram as situações mencionadas como falta de direitos, e isso inclui a própria educação, acometendo o espaço escolar, intensificando e justificando sua atuação nesse âmbito. Para tanto, vejamos as falas de algumas entrevistadas:

[...] O não acesso à rede de saúde [...] reflete. Por exemplo, às vezes, o aluno falta porque está com o pé fraturado, alguma coisa, aí é para ir no médico e não vai, aí fica faltando na aula; conseqüentemente, mensalmente, a gente manda a frequência dos alunos para o Bolsa-Família. E, queira ou não queira, influencia (E5, 2018, grifos nossos).

[...] Por trás, muitas vezes, daquele comportamento, existem muitas outras situações, muitas outras situações de violações de direitos. A grande maioria do nosso alunado,

*a gente [...]. Eu fiz uma pesquisa agora, uma sondagem, para poder elaborar um plano de ação e, assim, aquilo que se dá empiricamente, que a gente percebe empiricamente na pesquisa, ela se evidenciou de uma maneira muito mais forte. Não é, realmente, concreta: 90% dos adolescentes, eles convivem com **situações de violações de direitos**, desde a questão do não reconhecimento de paternidade, a questão do não pagamento de pensão alimentícia, vivenciar em ambientes onde a violência física e psicológica e patrimonial, ela acontece dentro do espaço doméstico, interferindo diretamente no rendimento escolar desses adolescentes, porque isso vai implicar em faltas na escola (EB, 2018, grifos nossos).*

Almeida (2016), ao continuar a explicação em relação ao fato de que a direção assumida pela política econômica não deixa margem para a compreensão das políticas sociais, cada vez mais focalizadas, alerta que estas adquirem um sentido de contribuir com o processo de concentração de recursos e de intensificação da mais-valia. Ao identificar como esses reflexos marcam a agudização das condições de vida da classe trabalhadora e daquelas que não vivem do trabalho, mas formam o excedente necessário, o autor demonstra o papel estratégico das políticas sociais para a consolidação da agenda neoliberal. Sobre essa ótica, ele faz um balanço das políticas sociais e de como estas podem potencializar o ideário capitalista e se refletir nesse processo de redução de direitos, que acarreta envolver toda a vida dos sujeitos sociais e, nisso, chegando ao espaço da escola, tendo em vista que, em nossa análise, a escola deve ser compreendida como parte constituinte da sociedade.

Inicialmente, ele explana como a assistência social “constitui-se em componente central de elevação dos padrões de consumo direto e indireto de parcela da população que não se inscreve no circuito de compra e venda da força de trabalho” (ALMEIDA, 2016, p. 91). Além disso, destaca como os programas e projetos sociais governamentais vão sendo criados para rebater as expressões da “questão social” dentro da escola e, assim, evidencia o envolvimento da política da educação com as demais políticas sociais, justificando um dos motivos para a inserção da(o) assistente social no espaço escolar.

Nesse campo, foram analisadas como as condicionalidades do Programa Bolsa-Família (especialmente, a presença na escola) são responsáveis por guiar a prática profissional nesse campo, seja como

viabilização para a população acessar o benefício, seja para o mapeamento das frequências, assim como, também, para justificar a presença dos estudantes e dos pais nesse espaço.

[...] A escola, eu noto que, pelo discurso dessa família, é um cumprimento do Bolsa-Família, muitas vezes, e eles não encontram aqui neste espaço um sentido para a vida deles, então, perpassa isso (E3, 2018).

O impacto do programa na escola, não levando só em conta o que foi considerado por Almeida (2016), também “possui um significado real para os beneficiários, uma vez que, para muitas famílias pobres do Brasil, esse programa é a única possibilidade de obtenção de renda” (MARTINS, 2012, p. 182-183), o que tende a possibilitar que a educação consiga atingir uma de suas principais metas, ou seja, o acesso, o regresso e a permanência das crianças das classes empobrecidas na escola.

Amaro (2017) e Martins (2012) analisam que o surgimento dos programas sociais possibilita a articulação do âmbito escolar com as diversas políticas, colocando o profissional do Serviço Social como agente que auxilia a viabilização desses direitos, mesmo existindo as críticas aos múltiplos projetos e programas apresentados pelos governos.

A seguir, abordando a importância da relação entre as políticas, as autoras ressaltam que é possível que as classes sociais pobres excluídas de recursos não sejam também penalizadas pela negação do acesso e da permanência à educação escolarizada. Isso, principalmente, quando se considera o papel estratégico que a educação ocupa na formação de uma consciência crítica, possibilitando a luta pela emancipação dos sujeitos e de sua participação na busca de uma sociedade igualitária e de sua superação.

Nesse sentido, afirma-se como o processo educativo no Brasil, guiado pela lógica dominante, inclina o sucateamento do serviço público e das políticas públicas. Essa tendência vem sendo contraposta pelos movimentos populares e educacionais que lutam pela defesa de direitos, como o acesso à educação de caráter público, laico e de qualidade.

É sobre esse prisma que é sinalizado como vêm sendo a configuração e a formulação das estratégias de enfrentamento às expressões contemporâneas da “questão social”, nas quais as(os) profissionais têm sido chamadas(os) a intermediar com o intuito de minimizar as desigualdades sociais e contribuir com o acesso e a permanência de crianças

e adolescentes na escola. Os assistentes sociais, em sua maioria, vêm cravando suas atribuições dentro desses espaços, o que vem sendo, geralmente, uma luta solitária, uma vez que as forças para o enfrentamento dessas contradições da sociedade capitalista não devem ser dadas exclusivamente por uma categoria profissional, mas na luta de classes.

No quadro 2, mostra-se como a evasão escolar é considerada como uma das principais expressões da “questão social” que circunda o universo da escola, demarcada por todas as entrevistadas pesquisadas, o que, por sua vez, possui várias implicações, que perpassam a maioria das refrações da “questão social”, desde o trabalho infantil à lógica do tráfico. Martins (2012, p. 198) assevera que a evasão escolar é um fenômeno preocupante na política de educação e explica que garantir legalmente o acesso à educação é apenas parte desse processo, pois “fatores educacionais e sociais estão imbricados, gerando determinações que afetam a luta pela permanência com sucesso da criança e do adolescente na escola pública”.

Quadro 2. Das expressões da “questão social” apresentadas para a central: evasão escolar

Expressões apresentadas				Expressão central
1.	Evasão / repetência / desistência / faltas	4.	Violência / abuso e exploração / facções	Evasão escolar
2.	Trabalho infantil	5.	Desemprego	
3.	Tráfico / drogadição / alcoolismo	6.	Queda de rendimento	

Fonte: pesquisa de campo, 2018.

Para tanto, verificam-se as falas a seguir:

*É nessa situação de controle de **evasão escolar**, para garantir os 200 dias letivos dele, vê esse tratamento na escola dos funcionários para ver como trata, dos professores também, uns com os outros, eu zelo muito por isso (E1, 2018).*

*[...] Quando se faz a entrevista para saber, por exemplo, **a evasão e a repetência**, são tudo reflexo dessa situação (E2, 2018).*

A evasão é compreendida por Daros (2015) como um fenômeno social complexo e é definida por Baggi e Lopes (2011) como a interrupção no ciclo de estudos. Com um sentido amplo, ela é tratada como a saída do aluno da instituição antes da conclusão do seu curso.

Os mesmos autores analisam que existem diversos conceitos sobre a evasão, como abordagens que a consideram como sendo a interrupção no ciclo de estudos, a exemplo da fuga de alunos, que resulta de diversos fatores que englobam processos sociais e culturais, conforme verificado na pesquisa. São diversos os fatores que expressam a saída ou a expulsão dos alunos do processo educativo e que propagam a desigualdade social. Dados comparativos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2017) estabelecem que 12,9% e 12,7% dos alunos matriculados na 1ª e 2ª série do ensino médio, respectivamente, evadiram da escola, de acordo com o censo escolar entre os anos de 2014 e 2015. O 9º ano do ensino fundamental tem a terceira maior taxa de evasão (7,7%), seguido pela 3ª série do ensino médio (com 6,8%). Considerando-se todas as séries do ensino médio, a evasão chega a 11,2% do total de alunos nessa etapa de ensino.

As informações do INEP também revelam, em todas as etapas de ensino, uma queda progressiva na evasão escolar de 2007 a 2013, mas com uma alteração a partir de 2014, quando as taxas aumentam. Portanto, essa é uma das demandas para o Serviço Social em todas as escolas pesquisadas.

As formas de enfrentamento com intervenções profissionais variam e ocorrem a partir de visita domiciliar, em sua minoria, para identificar os motivos da evasão, bem como ligações telefônicas, envio de instrumental para notificação da família ou dos responsáveis, pretendendo uma intervenção junto à criança e à família com o objetivo de retorno da criança ou do adolescente para a escola, até intervenções de caráter mais amplo, como a notificação ao conselho tutelar e a articulação com a política de assistência social, por exemplo.

É sob esse desvelamento que os profissionais vêm atuando, tendo em vista, como assevera Martins (2015), que no cotidiano escolar ocorrem também o ocultamento ou o não desvelamento da condição de classe social e as mazelas da ordem perversa da sociedade capitalista, que assolam todos os âmbitos da vida social, principalmente referentes à precarização e à exploração do trabalho e à não efetivação dos direitos sociais, conforme apontado na fala a seguir:

Perceber a escola enquanto uma política articulada ao conjunto social é, para mim, fundamental. Não que outros profissionais que não tenham passado pela

nossa formação não consigam identificar isso, que a gente tenha, mas a nossa formação nos dá muito mais elementos para a gente conseguir inserir a política de educação vinculada a essas determinações da vida social, essa contradição da relação do capital e trabalho. E uma política que está ali nessa disputa de interesses de classe é uma política que tanto pode servir aos interesses da classe burguesa, e ela costuma muito bem, pelo tipo de modelo de educação que a gente tem, que é uma educação burguesa, mas também uma política que está ali em disputa. Em vários momentos, a classe trabalhadora consegue se utilizar dessa política para atender também algumas de suas demandas (E9, 2018).

Assim, como bem evidencia a supracitada entrevistada, percebe-se como é importante ter o profissional nesse espaço com a formação para atuar na perspectiva crítica. Com isso, vê-se que o exercício do Serviço Social tem muito a contribuir com a área de Educação, com profissionais inseridos, por uma visão mais ampla, com a perspectiva de conjuntura social e de provocar os sujeitos que estão na escola.

São reflexões que envolvem a história de vida de cada sujeito, usuário da política, para que não haja a culpabilização e a naturalização das relações e das expressões da “questão social”, das contradições entre o capital e o trabalho. Torna-se, assim, uma referência como profissional para os encaminhamentos das demandas, para os locais de referência, para que a comunidade seja informada daquilo que é de direito da comunidade, provocando o debate das relações de campo político no espaço escolar.

Santos (2012) discute que o movimento da realidade social e histórica, ao se reproduzir, altera os diversos aspectos da vida e, ao acontecer, impacta diretamente as demandas “institucionais e socioprofissionais” apresentadas ao Serviço Social. Desse modo, cada vez mais as refrações da “questão social” se diversificam e promovem mais urgência nas políticas públicas, principalmente no papel da universalidade dos direitos. Nesse âmbito, a autora insere como o desemprego vem se tornando a expressão da “questão social” que mais a particulariza e demonstra a realidade brasileira, uma vez que é marcado pela flexibilidade e abarca toda a vida dos sujeitos sociais, como identificado no quadro 3.

Quadro 3. Das expressões da “questão social” apresentadas para a central: desemprego

Expressões apresentadas				Expressão central
1.	Fragilidade nos rendimentos da família	5.	Pobreza	Desemprego
2.	Vínculos informais de trabalho	6.	Falta de capacitação profissional adequada	
3.	Tráfico	7.	Desemprego	
4.	Negação de direitos	8.	Exclusão social	

Fonte: pesquisa de campo, 2018.

Fatores como os vínculos informais, a fragilidade nos rendimentos e a introdução de famílias no tráfico asseguram questões como a evasão nos espaços da escola, como também (aqui compreendendo a lógica mercadológica dos serviços) a própria negação de direitos, que passam a ser considerados comprados, como a própria alimentação e o lazer.

Pimentel (2012), ao analisar o desemprego crônico, estabelece que ele vem preocupando a sociedade atual, tendo em vista que, com o seu aumento, nenhuma tentativa de resolvê-lo não alcançara êxito. Sabe-se que, pela ordem capitalista, essa superação nunca ocorrerá, pois – com a crescente superpopulação relativa, ou seja, a força de trabalho excedente – o capital provoca a concorrência entre os trabalhadores com o intuito de aumentar a procura por trabalho e a competição na classe, que dele precisa para subsistir. É o que Marx (2013) conceitua como superpopulação relativa: toda uma classe de trabalhadores que se encontra desempregada.

Nessa perspectiva, Pimentel (2012) entende que é no desemprego que se estabelece a relação direta entre o agravamento do pauperismo na atualidade, articulado com o fenômeno da fome e das derivações do trabalho supérfluo. A autora traz para discussão a perspectiva de Mészáros, que considera o desemprego em massa o mais grave problema social, uma vez que está intimamente relacionado com a explosão populacional e com o fenômeno da escassez criada e imposta pela sociedade capitalista. Assim sendo, a consequência decorrente é a expulsão de gente “qualificada e não qualificada” para o exército de desempregados, considerado como uma das características do desemprego. Pimentel (2012) assevera que ele alcança toda a população, independentemente de sua faixa etária, incluindo a classe média.

Com o aumento do desemprego, até o próprio sistema do capital começou a “admitir” as implicações geradas, tendo em vista que, sem trabalhadores, não existe produção de mais-valia, circulação de dinheiro e nem consumo para fazer circular a economia. Alguns “enfrentamentos” são colocados para rebater essa expressão da “questão social”, como, por exemplo, o seguro-desemprego; porém, urge pontuar que este se limita aos que possuem carteira assinada. Já os trabalhadores informais, quando perdem seus empregos, não têm tal direito garantido, restando apenas sua inclusão em programas de cunho social, como o Programa Bolsa-Família, que, por sua vez, foi extinto em 2021 pelo Governo Federal e substituído pelo Auxílio Brasil.

A autora enfatiza que, ao se agravar, no decorrer da história, o fenômeno do desemprego, vieram à tona as contradições e os antagonismos do sistema em sua conjuntura global e, por conseguinte, em vez de minorar a problemática, vê-se o agravamento da situação, que assola os países do chamado terceiro mundo e de capital avançado, justificando, assim, o problema da pauperização e da fome. Em sua afirmativa, a fome não está relacionada à “disponibilidade de meios de subsistência em termos de alimentos, haja vista o desperdício que acontece, se comparado à quantidade de alimentos que a humanidade tem produzido” (PIMENTEL, 2012, p. 117), conforme bem destaca uma das entrevistadas:

[...] a gente não ouvia crianças com fome na escola nesses dois últimos anos, e esse ano, agora, 2018, isso acontece quase que diariamente. São crianças adoecendo com frequência, porque a gente sabe que a nutrição... Elas podem até estar alimentadas, mas não estão nutridas, então, assim, adoecem com muita frequência, [o que traz] um elevado número de faltas: crianças que, com baixa concentração, não conseguem ficar muito tempo na sala e entram e saem, entram e saem. Quando a gente vai conversar, aí ela diz: “não, porque...”, isso na segunda-feira, não é? “Não, porque eu comi sábado à noite”. Então, assim, isso é, eu fico chocada com isso, não é? Incomoda, porque fome é fome (E8, 2018).

O que advém em sua realidade é que esse fenômeno “acontece provocado pelos imperativos da expansão e acumulação lucrativa do capital” (PIMENTEL, 2012, p. 117). Essas características acometem o mundo do trabalho, provocam a discussão do empreendedorismo

e expulsam parte da população para o mercado informal, posto que o desemprego, nas palavras da autora, representa um enorme perigo para a totalidade do sistema, ao estar profundamente entrelaçado com a dinâmica interna do capital.

As formas de atenuar os conflitos e de administrar essa nuance da “questão social”, nos dias hodiernos, vêm perdendo o sentido. Santos (2012) analisa o desemprego como expressão da “questão social”, impondo-se como prioridade em apreciação crítica, na medida em que “é resultante do mecanismo básico da [...] lei geral da acumulação capitalista” (SANTOS, 2012, p. 234). Ou seja, mesmo que os governos neoliberais apontem o combate ao desemprego com estímulo ao mercado para ampliar a geração de emprego e renda, no fundo se sabe que a raiz real (acumulação capitalista) do problema não muda enquanto o sistema capitalista existir. Suas crises estruturais acabam gerando, ao longo dos anos, mais desempregos e atacam os direitos trabalhistas e previdenciários.

Dados do IBGE indicam que, no Brasil, o índice de desemprego, no último trimestre do ano de 2020, era de 14,44%, o que é considerado como a maior taxa já registrada na série histórica da pesquisa, iniciada em 2012, pela PNAD Continuada (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal)³. Ainda se deve considerar que o trabalho ganha centralidade na constituição da vida social, ao gestar as relações de sociabilidade. Como assevera Yamamoto (2011), é pelo trabalho que o homem produz e reproduz suas relações sociais, o que acarreta alterações diversas na vida da população que dele depende para sobreviver, como bem registram as respostas das pesquisadas:

Então, o fator econômico e o desemprego interferem nesse processo, também, como interferem também na questão da criança. Agora mesmo eu estou com a situação de um menino que está trabalhando, trabalho infantil, e ele tem 14, 15 anos, porque a família ganha pouco e ele conseguiu emprego com um primo, que é empreiteiro. Ele está trabalhando nessas construções civis e está exausto; então, ele falta (E4, 2018).

3 Faz-se necessário ressaltar a situação que o Brasil e o mundo atravessam devido à pandemia da infecção causada pelo novo coronavírus, o que ocasionou o processo de calamidade pública. O contexto supracitado foi declarado pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020. Os danos causados pela pandemia excedem os danos biológicos: são, também, danos socioeconômicos, que são desiguais e sentidos pela população de forma diferenciada, de maneira que os mais pobres sofrem e sofrerão bem mais.

[...] Essa relação e também do entendimento da realidade do sistema que a gente vive, que se reflete justamente nessas questões que trazem para a gente, ou seja, uma condição social, econômica, que está relacionada ao sistema. Então, se a gente não entender desse sistema, das contradições que existem nele, a gente também não vai entender o que a pessoa está dizendo para a gente (E5, 2018).

Faz-se necessário fazer essa relação entre o que as entrevistadas pontuam e a análise aqui realizada, tendo-se em vista que, diante do contexto neoliberal, Santos (2012) aponta que a diferença estabelecida no início do surgimento do desemprego como categoria reflexiva, em que diferentes mecanismos⁴ foram utilizados para o seu tratamento, atualmente, vem se “apagando”.

A autora assevera que “políticas de assistência não podem substituir políticas de emprego ou mesmo de seguridade social” (Ibidem, p. 235). Para ela, o desemprego – enquanto expressão da “questão social” – adquire o caráter de desemprego estrutural na economia brasileira, marcada pelo auge da “industrialização pesada” e do capitalismo retardatário, que completa seu ciclo. O que ocorre no Brasil é a instalação da flexibilização do trabalho, justificada neste período pelo “fordismo à brasileira”, em que uma quantidade de força de trabalho fica à disposição do capital, o que aprofunda a precariedade e a instabilidade dos vínculos nos quais foram se constituindo todo o respaldo e o enfrentamento a essa refração até o momento atual.

Dessa maneira, a acumulação flexível envolve e resulta em implicações que impactam as relações e os processos de trabalho, como a forma de sua regulação e a divisão em âmbito internacional do trabalho. Insere-se no debate a flexibilização das legislações trabalhistas, o que atinge a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o seguro-desemprego, que também sofreu alterações. Desde o ano de 2014, vê-se uma crescente utilização do trabalho terceirizado, que atinge toda a esfera pública e, com isso, proporciona uma ampliação da presença da iniciativa privada nos setores públicos, com os precários vínculos trabalhistas e o aumento da informalidade, expressões aqui identificadas a partir da pesquisa.

4 A autora salienta o avanço das legislações trabalhistas e o reconhecimento dos direitos para a classe trabalhadora como respostas às expressões da “questão social”.

No final de 2017, a Reforma Trabalhista foi aprovada e entrou em vigor com o discurso de criar empregos e diminuir a informalidade. Todavia, o que, na realidade, se observa é uma das mais profundas mudanças nas leis trabalhistas. De acordo com a PNAD 2018, a informalidade cresceu no Brasil entre 2017 e 2018, dado que, em 2017, o país tinha 37,3 milhões de pessoas trabalhando sem carteira assinada, o que significa 1,7 milhão a mais do que em 2016, quando 35,6 milhões de trabalhadores estavam nessa situação. Isso abarca 40,8% de toda a população ocupada (que exerce alguma atividade remunerada) no país, de acordo com o IBGE.

Com a agudização das expressões da “questão social”, o que vem sendo dado como resposta é a hibridez sinalizada por Guerra (2016): assistencialização e mercantilização. Portanto, nossa preocupação com a temática da “questão social” fundamenta-se, sobretudo, na sua relação inerente às “mediações sócio-históricas, que tornaram possível e necessária a emergência da profissão do Serviço Social, a qual, por sua vez, se constitui como expressão das necessidades socioeconômicas e ideopolíticas da ordem burguesa” (GUERRA et al., 2007, p. 237), o que adquiriu centralidade no exercício profissional, a partir da intervenção do assistente social, justificando, assim, a necessidade da busca na cena contemporânea de compreender como elas se expressam e como são identificadas pelas assistentes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou como a realidade concreta revela a “questão social”, mediante o conjunto de desigualdades sociais expressas na sociedade capitalista. Observou-se que tal questão é demonstrada por meio do processo indissociável de acumulação e de reprodução do capital e dos efeitos produzidos sobre o conjunto da classe trabalhadora.

Na atualidade, a essência da “questão social” permanece a mesma, qual seja, o conflito entre o capital e o trabalho, cujas expressões foram sendo enfrentadas via políticas sociais e, assim, se constituíram como principais contratantes dos profissionais de Serviço Social. A entrada do Estado no cenário do reconhecimento dos direitos sociais e políticos propicia o surgimento das políticas sociais, tidas como “respostas e formas de enfrentamento” às expressões da “questão social”.

Pontua-se que, para o Serviço Social, cujo *lócus* de atuação majoritariamente incide no campo das políticas sociais, é indispensável a análise crítica sobre os fundamentos da “questão social”, de suas particularidades e expressões, nos diversos momentos históricos, sob pena de reproduzir e afirmar a ordem burguesa. Como afirmam Guerra *et al.* (2007, 2016), Yamamoto (2015a, 2015b), Mota e Amaral (2016), é apenas com a análise crítica dos fundamentos sócio-históricos da profissão que se explica a “questão social”, podendo-se desvelar as armadilhas e os falsos entendimentos sobre esta, favorecendo e fortalecendo a intervenção profissional competente e afinada com os princípios ético-políticos da profissão.

Assim, a pesquisa sinalizou que a inserção de assistentes sociais na política de educação ao longo das últimas décadas responde requisições socioinstitucionais para a ampliação das condições de acesso e de permanência da população em seus diferentes níveis e modalidades, principalmente no que tange aos aspectos intrínsecos às expressões da “questão social”. Esse tem sido o norte de mobilização e organização das(os) assistentes sociais, estando em consonância com o projeto político profissional que a profissão defende. Projeto este, aliás, voltado para a participação política de enfrentamento e denúncia das desigualdades sociais e, sobretudo, do atual modelo de sociedade.

Nesta direção, entende-se a necessidade de refletir sobre os processos que “naturalizam” e “moralizam” as refrações da “questão social” e sobre como anda o enfrentamento a essa lógica, sobretudo em tempos sombrios, em que avança a perspectiva neoliberal, alinhada a uma onda conservadora, que exige, cada vez mais, a diminuição dos direitos sociais com o discurso de enxugamento nos gastos sociais públicos, tendo suas bases em acordos políticos dos Estados e do grande capital internacional.

Ante esses aspectos, o sistema capitalista produz e aprofunda a “questão social” e os diferentes estágios capitalistas lançam diferentes manifestações desta. No espaço escolar, apenas se reflete aquilo no qual o conjunto maior da sociedade burguesa se configurou: um campo desumano e cada vez mais voltado à prioridade da propriedade privada e da mercadoria em detrimento da igualdade e da justiça social. Porém, contraditoriamente, constitui também um campo de disputa de hegemonia e de possibilidades de construção da humanização.

Vale lembrar que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2013) destaca seis dimensões para as ações dos assistentes sociais na política de educação, quais sejam: 1) abordagens individuais junto às famílias de estudantes e/ou trabalhadores(as) da educação; 2) intervenção coletiva junto aos movimentos sociais; 3) dimensão investigativa; 4) inserção nos espaços democráticos de controle social e fomento de estratégias de participação de estudantes, famílias, professores e demais trabalhadores(as) da educação nas conferências e nos conselhos da política de educação e de outras; 5) dimensão pedagógica-interpretativa e socializadora de informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais e de sua rede de serviços que caracteriza o trabalho de assistentes sociais; e 6) a dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços no âmbito da política de educação.

Conclui-se, desta forma, que as demandas diversas no âmbito das escolas incidem em situações que, mesmo não sendo novas ao universo da educação escolarizada, hoje se manifestam de forma muito mais intensa e complexa, em que a “questão social” se revela ora mascarando problemas, ora manifestando essa relação contraditória, de modo que as escolas têm sido diretamente impactadas por ela. Tais rebatimentos, ao recaírem sobre a dinâmica da realidade das escolas municipais de João Pessoa, possibilitam realizar a vinculação entre o contexto micro e o macro e de como ele vem impactando os sujeitos sociais que trazem a marca de suas condições de vida, as quais se agravam em contextos históricos conservadores, que apostam na desregulamentação dos direitos sociais, na privatização das políticas sociais e na retomada da caridade em detrimento da viabilização de direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. **Proposta básica para o projeto de formação profissional. Novos subsídios para o debate.** Cadernos ABESS, São Paulo, nº 7, p. 15-58, 1997.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social e a Educação. In: **Inscrita**. Brasília: CFESS, nº 6, 2000.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; RODRIGUES, Maria Cristina Paulo. O campo da educação na formação profissional em Serviço Social. In:

PEREIRA, Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. (Org). **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. “Questão Social” e Serviço Social no Brasil. *In*: SILVA, Maria Liduina de Oliveira e (org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

AMARO, Sarita. **Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios**. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: Uma discussão bibliográfica. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n2/a07v16n2.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamento e História**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no Capitalismo Tardio**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Censo Escolar. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/resultados-e-resumos>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

CFESS. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. CFESS, 2013. Disponível em: <www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CRESS-PB. Nota Técnica Serviço Social e Educação: Considerações sobre o trabalho profissional no contexto da Covid-19. CRESS/PB-2020.

DAROS. Michelli Aparecida. A redução da evasão escolar e o Serviço Social: Experiências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_33_SL2_Daros.pdf>. Acesso em 29 mar. 2019.

GUERRA, Yolanda; ORTIZ, Fátima Grave; SANTANA, Joana Valente; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. Elementos para o debate contemporâneo da “questão social”: a importância de seus fundamentos. *In*: Revista Políticas Públicas, v. 11, nº 2, p. 237-255, jul./dez. 2007.

GUERRA, Yolanda. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: Mediações sócio-históricas e ético-políticas. *In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela (Org.). **Cenários, contradições e peijas do Serviço Social brasileiro***. São Paulo: Cortez, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. *In: Temporális/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Ano 2, nº 3. Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001 (p. 09-32).

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social na cena contemporânea. *In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais***. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 33ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade. *In: **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional***. 26ª ed. São Paulo: Cortez, 2015a (pág. 17-75).

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2015b, p. 105-208.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social: Elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O rebatimento das expressões da questão social no cotidiano escolar e a contribuição do Serviço Social. *In: DAVID, C. M. et al. (orgs). **Desafios contemporâneos da educação [on-line]***. São Paulo: UNESP – Cultura Acadêmica, 2015.

MARX, Karl. **O Capital. Livro I. O processo de produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela. Serviço Social brasileiro: Cenários e perspectivas nos anos 2000. *In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (orgs.). **Cenários, contradições e peijas do Serviço Social brasileiro***. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. *In: Temporális nº 3*. Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001 (p. 09-32).

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. *In: Temporális* nº 3. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001 (p. 51-61).

PIMENTEL, Edilene. **Uma “nova questão social”? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e hoje.** Maceió: UFAL, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Lei Municipal nº 11.385, de 16 de janeiro de 2008.** Cria o serviço social escolar nas escolas públicas do município de João Pessoa e adota outras providências.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”: Particularidade no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. Prefácio. *In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira e (org.). Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo.* São Paulo: Cortez, 2016.